ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GERALDO DO
ARAGUAIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 005/2021

DECRETO Nº 005/2021-GPMSAGA
São Geraldo do Araguaia-Pará, 19 de fevereiro de 2021

Dispõe sobre as medidas de contingenciamento da propagação do Coronavírus-COVID-19, no âmbito da administração pública direta e indireta do município de São Geraldo do Araguaia e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e,

CONSIDERANDO os princípios norteadores da administração pública, insculpidos no art. 37 caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Declaração de emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Municipal de Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a Covid-19 (Coronavírus), foi classificada em 11 de março de 2020 como Pandemia, pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal reconheceu aos Entes Federados autonomia na definição das medidas de enfrentamento da Covid-19;

CONSIDERANDO a recente decisão oriunda do Supremo Tribunal Federal, proferida em MC na ADI 6625, quanto à prorrogação do Estado de calamidade pública em âmbito nacional, e por conseguinte, pela prorrogação da aplicação do disposto no art. 3º da Lei Federal nº 13979/2020;

CONSIDERANDO que diante do novo surto mundial do Coronavírus, há a necessidade de se adotar medidas para evitar a transmissão decorrente do coronavírus responsável pelo surto resultante do SarCov-2.

CONSIDERANDO que as medidas ora estatuídas visam impedir aglomerações, evitar uma sobrecarga no sistema de saúde e, portanto, reduzir a evolução desta doença;

CONSIDERANDO a necessidade de redução do horário de funcionamento dos bares, restaurantes, e demais estabelecimentos;

CONSIDERANDO que as medidas de distanciamento e higienização, bem como o uso de máscaras, são obrigatórios;

CONSIDERANDO que a despeito de não ter ocorrido aumento no número de internações no Hospital Municipal de São Geraldo do Araguaia, de pacientes com diagnóstico de Coronavírus-COVID-19, tal fato, não implica em ausência de contaminação pela Covid 19 no município de São Geraldo – PA.

CONSIDERANDO a necessidade de retomada gradual e segura no setor de eventos, bem como no comércio em geral visando o retorno da economia local.

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado, observadas as medidas de segurança de saúde pública, o funcionamento dos restaurantes, distribuidoras de bebidas, convêniências, churrascarias, Pizzarias, lanchonetes,

sorveterias, adegas, açaiterias, somente até às 02h00, ficando limitada a ocupação a 50% (cinquenta por cento) da capacidade total do local, respeitadas os atos normativos do poder público do Federal, Estadual e Municipal, sob pena de cassação de Alvará de Funcionamento, respeitado o devido processo legal.

Parágrafo único- O funcionamento dos bares será da seguinte forma, com redução de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade: de segunda a quinta feira até meia noite; sexta feira e sabado até as 3h00 e aos domingos até 1h00

Art. 2º. Os Eventos em geral, tais como: Casas de shows e espetáculo de qualquer natureza; Boates, bares, danceterias e salões de festas e eventos, somente funcionarão de acordo com os horários dos bares, mediante observância do distanciamento social de dois metros entre pessoas, uso obrigatório de máscaras, disponibilização de álcool 70 %, aferição da temperatura na entrada de cada evento, bem como uso de pulseira com numeração com vistas a controlar a quantidade de pessoas limitada a 40% da capacidade do local.

§ 1º - Os cultos religiosos, as Exposições, congressos e seminários; sejam públicos ou privados; academias, centros de ginástica, pilates e estabelecimentos de condicionamento físico, deverão funcionar com capacidade reduzida, observando as regras de higienização definidas no caput deste artigo.

§ 2º - Os campeonatos esportivos deverão ser realizados com a presença de público, reduzida a 50% de sua capacidade, obedecendo aos critérios de higienização citados no artigo anterior.

Art. 3º. Os estabelecimentos comerciais, industriais e outros, bem como na realização dos eventos, referidos nos artigos anteriores deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- Uso obrigatório de máscaras e medidor de temperatura;
- Disponibilizar álcool 70 % , líquido ou gel aos seus funcionários e clientes;
- Divulgar informações acerca da COVID-19 e das medidas de prevenção;
- IV- Manter espaçamento mínimo de 2 (dois) metros entre mesas, estações de trabalho ou pontos de atendimento;
- V- adotar mecanismos para manter os ambientes arejados e saudáveis;
- VI- Providenciar distanciamento entre pessoas de, no mínimo, 2 (dois) metros em eventuais filas;

VII-intensificar ações de limpeza;

VIII- Deverão disponibilizar na entrada dos estabelecimentos, pia adequada com água, sabão líquido, papel descartável para higienização das mãos, devendo a empresa designar um funcionário para tal serviço;

Parágrafo único - Proprietários de estabelecimentos em geral, comerciantes, baristas, autoridades/líderes religiosos, representantes ou responsáveis por templo religiosos, deverão assinar termo de responsabilidade quanto ao atendimento das medidas sanitárias e demais disposições legais pertinentes, cujo termo será disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde, através da vigilância sanitária.

Art. 4º- Permanecem suspensas até nova deliberação do Comitê de enfrentamento da Covid-19, aulas presenciais de ensino infantil e fundamental, na rede municipal de ensino;

Parágrafo único - Recomenda-se às instituições de ensino privado, observarem o disposto no art. 4º do presente Decreto, ou, na hipótese de realização de aulas presenciais, sejam observados todos os critérios estabelecidos no art. 3º do presente Decreto, incluindo-se, conforme as singularidades o sistema híbrido de ensino.

Art. 5º- Permanecem em funcionamento regular, observadas as medidas de segurança em saúde pública, bem como, as demais medidas estatuidas no presente Decreto, o atendimento em órgãos públicos, médicos, hospitalares, unidades de saúde, laboratórios de

análises clínicas, farmacêuticos, distribuidoras e revendedoras de gás, postos de combustíveis, supermercados e congêneres.

Parágrafo único – Terão ainda funcionamento regular, os demais serviços essenciais tais como: como saúde, limpeza urbana e abastecimento de água.

Art. 6º - Os velórios poderão ser realizados, com capacidade reduzida, sendo também obrigatório, o uso de máscara respiratória, álcool 70 INPM, distanciamento social de dois metros entre pessoas, com horário limitado de até 5h00 de velório.

Parágrafo Único: Não haverá velório, sob hipótese alguma, para os casos de morte causada pelo coronavírus.

Art. 7º - Ficam proibidos:

A circulação de pessoas **sem** o uso de máscaras em locais públicos e privados como: estabelecimentos comerciais, bancos, casas lotéricas, rodoviárias e qualquer local com grande circulação de pessoas e transportes públicos.

O uso de som automotivo ou qualquer outro tipo de som com volume acima do permitido e ou capaz de causar poluição sonora, seja em local público ou privado, exceto os veiculadores de comunicação diversos relacionados a informação da população.

Art. 8º Nos Banhos em lagos, cachoeiras, balneários, praia e rios, fica permitido com redução de 40% (quarenta por cento) de sua capacidade total.

Art. 9º Em caso de descumprimento das medidas supracitadas, será imposta multa aos estabelecimentos no valor de R\$ 500,00 (quinhentos) reais, e em caso de reincidência, a multa a ser aplicada será no valor de R\$ 1.000,00 (um mil) reais.

Art. 10 Será aplicada multa ao cidadão em caso de descumprimento de alguma das normas nesse decreto estabelecidas, a ser aplicada no valor de até R\$ 250 (duzentos e cinquenta reais), e em caso de reincidência, a multa a ser aplicada será no valor de R\$ 500,00 (quinhentos) reais.

Art. 11. A quantidade de pessoas nos estabelecimentos festivos e/ou bares, fica restrito a 40% de sua capacidade total, em conformidade com a tabela anexa a este decreto.

Art. 12. Serão realizadas blitz preventivas, e, se necessário, ostensiva, para orientação, prevenção e fiscalização quanto ao atendimento das medidas previstas no presente Decreto.

Art. 13. A fiscalização e cumprimento das medidas determinadas neste Decreto serão realizados pela Vigilância Sanitária e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com o auxílio da Guarda Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil.

Art. 14. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar a prática das infrações administrativas previstas conforme o caso, nos incisos VII, VIII, X, XXIX e XXXI do art. 10 da Lei Federal nº 6.437 de 20 de agosto de 1977, bem como do ilícito previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposição em contrário e poderá ser revisto a qualquer tempo, de acordo com a evolução epidemiológica do COVID-19, no município.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

JEFFERSON DOUGLAS JESUS OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**ANEXO I – DECRETO 005/2021
TERMO DE RESPONSABILIDADE SANITÁRIA**

Nome Fantasia: _____
 Razão Social: _____
 CNPJ: _____ Telefone: _____
 Endereço: _____

Sócio Administrador/ Representante Legal: _____
 Nome: _____
 RG: _____ CPF: _____

Eu, sócio administrador/representante legal identificado, assumo a responsabilidade de adotar medidas preventivas para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia da COVID-19 para realizar o evento _____, na data de ___/___/_____, no local ___, conforme disposições do Decreto Municipal nº 005/2021 e outros que vierem a ser editados, seguindo as recomendações abaixo relacionadas e/ ou outras que vierem a substituí-las:

- 1- Adotar medidas de higiene em todas as superfícies e equipamentos utilizados e compartilhados pelos clientes;
- 2- Manter ambientes arejados, bem como a fixação de cartazes que promovam orientações básicas quanto aos cuidados de prevenção e higiene para a redução da transmissibilidade da COVID-19;
- 3- Responsabilizar-se pelo controle da capacidade máxima local de 50% no interior do estabelecimento, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 005/2021, controlando o distanciamento mínimo de 2m (dois metros) entre as pessoas;
- 4- Responsabilizar-se pelo distanciamento mínimo de 2m (dois metros) entre as pessoas em eventuais filas internas e externas aos estabelecimentos;
- 5- Disponibilizar responsáveis na entrada e nas suas dependências para orientar e realizar o procedimento de higienização de mãos (ofertar pia de lavagem de mãos com sabão líquido, água e papel toalha e álcool gel 70%, e medidor de temperatura);
- 6- Providenciar e determinar o uso de EPI's para os trabalhadores, conforme recomendações do Ministério da Saúde;
- 7- Adotar a determinação do uso de máscaras pelos funcionários e clientes em ambientes.

DECLARO estar ciente de que, o descumprimento das medidas estabelecidas no Decreto Municipal nº 005/2021, de 19 de fevereiro de 2021, no âmbito do Município de São Geraldo do Araguaia/PA, implicará em multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), e em caso de reincidência, a multa aplicada será no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), independente de notificação, interdição com possível procedimento de cassação e eventual responsabilização junto ao Ministério Público.

São Geraldo do Araguaia/PA, ___ de _____ de 2021.

Assinatura

anexo II

VERO RIO	31X 28	868	347
CAI NÁGUA	16 X 10	160	64
BAR DAS COLEGUINHAS	9X23	207	82
TUPINAMBA	54X 23	1242	496
ESPAÇO BEM ESTAR	30X34	1020	40
BAR DO GRANDE	21X32	672	268
TRIN TRIN BAR	31X30	930	372
ALTO BONITO	12X11	132	52
CHICABANA	25X26	650	260
KHALIPHAS	70X40	2800	1.120
FAROL	15X30	450	180

Publicado por:
 Lusilea da Silva Torquato
Código Identificador:6F0F2D83

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará no dia 22/02/2021. Edição 2682

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/famep/>